



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**CATERINNE CHRISTIE PEREIRA SEIXAS
JOENE MIRANDA DA SILVA**

TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
A educação para o trânsito e a construção de sujeitos críticos e responsáveis desde
a infância

Maceió
2025

CATERINNE CHRISTIE PEREIRA SEIXAS
JOENE MIRANDA DA SILVA

TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação para o trânsito e a construção de sujeitos críticos e responsáveis desde
a infância

Artigo científico apresentado como exigência
parcial para a conclusão do Curso de
Pedagogia do Centro de Educação da
Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Viana
Figueiredo

Maceió
2025

CATERINNE CHRISTIE PEREIRA SEIXAS

JOENE MIRANDA DA SILVA

TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação para o trânsito e a construção de sujeitos críticos e responsáveis desde a infância

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Artigo Científico defendido e aprovado em 23/04/2025.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Viana Figueiredo (CEDU/UFAL)

BANCA EXAMINADORA

Presidente

2º Membro

3º Membro

Maceió
2025

TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação para o trânsito e a construção de sujeitos críticos e responsáveis desde a infância

Caterinne Christie Pereira Seixas
caterinne.seixas@cedu.ufal.br

Joene Miranda da Silva
joene.silva@cedu.ufal.br

Pedro Paulo Viana Figueiredo
pedro.figueiredo@cedu.ufal.br

RESUMO:

Este artigo explora a importância da Educação para o Trânsito no contexto dos Temas Contemporâneos Transversais no currículo de uma Instituição de Educação Infantil da rede municipal de Maceió, avaliando tanto os desafios quanto as oportunidades geradas pelas práticas de experiência com as crianças. Para tanto, trata da descrição e análise dos resultados da execução de um Projeto de Extensão que desenvolveu atividades com a temática de Educação para o Trânsito para as crianças da Educação Infantil de um Centro Municipal de Educação Infantil, (CEMEI) na Cidade de Maceió/AL e envolveu observações, interações diretas e rodas de conversa com professores e crianças de três a cinco anos. As atividades foram realizadas em setembro de 2024, coincidindo com a Semana Nacional do Trânsito, o que potencializou a relevância do tema. A análise se deu a partir das observações da experiência prática e da articulação com a literatura acadêmica sobre a educação para o trânsito, com a conclusão de que as experiências nesse projeto proporcionaram mudanças de comportamento positivas nas crianças e na instituição no que diz respeito ao comportamento no trânsito. Por fim, ressaltamos a necessidade de efetivar a incorporação da Educação para o Trânsito aos conteúdos pedagógicos, reconhecendo sua importância na formação de cidadãos conscientes desde a infância.

PALAVRAS-CHAVE: Temas transversais. Educação infantil. Infâncias. Práticas de experiência. Educação para o trânsito.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é um dos estágios cruciais da Educação Básica, uma vez que um de seus principais objetivos é o desenvolvimento integral da criança, formação de conhecimentos, valores e habilidades desde a infância. É no contexto da Educação Básica que os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) no cenário educacional brasileiro, apresentam importância, uma vez que, segundo a Constituição Federal de 1988, seja garantido o “direito à qualidade” sob diversos aspectos educacionais conforme seu artigo 206 inciso VII. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece seis macroáreas temáticas, as quais englobam 15 Temas Contemporâneos “que afetam a vida humana em escala local,

regional e global” (Brasil, 2017, p. 19), com o propósito de não apenas enriquecer o currículo, mas também preparar os alunos para enfrentar os desafios sociais e éticos contemporâneos desde os primeiros anos de escolarização. Sendo elas:

1. Saúde: Educação Alimentar, Educação Nutricional e Saúde;
2. Economia: Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal;
3. Meio ambiente: Educação Ambiental e para o Consumo;
4. Multiculturalismo: Diversidade Cultural e Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras;
5. Cidadania e civismo: Direito da Criança e do Adolescente, Vida Familiar e Social, **Educação para o Trânsito**, Educação em Direitos Humanos e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso;
6. Ciência e tecnologia (BRASIL, 2017).

Essa integração no cotidiano educacional infantil não apenas proporciona uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, mas também contribui para a formação de crianças críticas, conscientes de seus direitos e responsabilidades como cidadãos, que vincula o ensino à aprendizagem na compreensão da importância e das consequências das próprias ações. O objetivo é “que o estudante não termine sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também reconheça e aprenda sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade”. (Brasil, 2019, p. 07).

Neste artigo, exploramos a importância dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) na Educação Infantil, utilizando como exemplo uma atividade extensionista em Educação para o Trânsito promovida pelas autoras no âmbito do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, e realizada em uma escola da Rede Municipal da Cidade de Maceió/AL. Para tal, o trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: na primeira seção, discutimos sobre a formação da criança enquanto sujeito crítico; na segunda, discutimos sobre os TCTs, com foco na Educação para o Trânsito; e, por fim, analisamos a atividade realizada a partir da literatura consultada, em que avaliamos a prática de experiência destacando seus pontos positivos e negativos, com o intuito de contribuir para a efetivação de uma educação inclusiva e integrada desde os primeiros anos escolares.

2 A CRIANÇA COMO SUJEITO CRÍTICO

Na contemporaneidade, as concepções de infância costumam descrever a criança como um ser social com necessidades e direitos reconhecidos por lei e tais direitos devem ser inegáveis e assegurados por todos aqueles que compõem o meio

social em que elas estão inseridas. Segundo Barbosa e Santos (2017), na concepção moderna de infância, ainda é comum considerar as crianças seres diferenciados, incapacitados, incompletos, que necessitam ser instruídos e socializados pelos adultos. Essa concepção se articula com os estudos de Philippe Ariès (1981), que mostram como a infância, como a entendemos hoje, é uma construção social e histórica a partir da modernidade. Antes disso, a criança era muitas vezes percebida como um “adulto em miniatura”, sem um reconhecimento pleno de suas especificidades. Sendo assim, é aceitável dizer que diferentes instituições sociais como a família, a escola e a comunidade exercem um papel relevante no processo de formação e desenvolvimento infantil, contribuindo para aspectos psíquicos, físicos e cognitivos.

A infância é uma fase imprescindível para a construção do indivíduo e para a compreensão do seu lugar na sociedade. Sarmiento (2005, p. 365) afirma que “a infância é historicamente construída a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade.”

A sociedade, o poder público e, principalmente, os responsáveis legais pelo indivíduo, enquanto criança, têm como uma de suas responsabilidades buscar, por meio dos instrumentos institucionais e legais disponíveis como, por exemplo, o Conselho Tutelar e o Ministério Público, a efetivação dos direitos assegurados pela Constituição Federal, conforme estabelece o Art. 227 (BRASIL, 1988), garantindo que a criança possa usufruir de tudo aquilo que lhe for amparado por lei.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988).

Ao longo da história, a concepção e entendimento do que seria o período da infância passou por várias mudanças e essa fase da vida do ser humano foi e ainda é motivo de inúmeras pesquisas e estudos relacionados. De acordo com Abramowicz, Levcovitz, Rodrigues (2009, p.188), “tornar uma criança um ser sociável está presente em várias propostas pedagógicas e psicopedagógicas, cada

uma, a seu modo, trazendo de roldão uma concepção de criança para um povo, para uma nação”. A criança é um ser social e histórico, e como todo ser humano, está sujeita a se desenvolver a partir do meio em que está inserida, sendo influenciada de acordo com suas vivências e interações com seus pares e com os adultos do seu meio social.

Apesar de persistir, como dito acima, a noção de infância associada à ideia de incapacidade, os estudos sobre as infâncias destacam que as crianças não são apenas receptoras passivas de conhecimento. Elas são, na verdade, protagonistas ativas na construção de suas próprias experiências e aprendizagens. Compreender que as infâncias são múltiplas, e que cada criança possui suas próprias formas de perceber e interagir com o mundo, é fundamental para evitar generalizações. Assim, ao tratar de infâncias, é essencial reconhecer a diversidade de experiências e contextos que as cercam. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Brasil, 2010, p. 12).

Por muito tempo, persistiu a concepção equivocada de que as crianças eram miniadultos, com as mesmas capacidades e responsabilidades dos adultos, mas sem acesso aos direitos e à proteção a eles atribuídos. Acreditava-se que somente os adultos eram os detentores do saber e do conhecimento. Hoje, esses conceitos foram reformulados e as crianças podem usufruir dos direitos que lhe foram concedidos, direitos que são essenciais para garantir o seu desenvolvimento pleno. Ariès (1981), historiador considerado pioneiro nessa discussão de concepção da infância, argumenta em favor disso no livro *“A história social da infância e da família”*, em que é possível constatar a origem de um sentimento de infância.

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças não fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não

existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (Ariès, 1981, p. 156).

A criança tem por característica a necessidade de compreender o mundo que a cerca e a capacidade de ser um sujeito crítico. Em instituições formais, como a escola, essa habilidade irá se desenvolver a partir dos estímulos propositais criados pelos adultos de acordo com uma linguagem e estratégia adequadas para as crianças - com diálogos construtivos e brincadeiras lúdicas que as incentivem a prestar atenção, observar, questionar, buscar soluções para aquilo que, a princípio, representa um desafio a ser solucionado.

[...] o desenvolvimento das experiências educativas depende de organização e ação pedagógica pautadas, sobretudo, em interações sociais, brincadeiras e diferentes linguagens e contextos comunicativos. Consideramos essas as formas privilegiadas pelas quais as crianças expressam, conhecem, exploram e elaboram significados sobre o mundo e sobre sua própria identidade social e que constituem a base do repertório vivencial que garantirá apropriações no decorrer do processo educacional. (Buss-Simão e Rocha, 2017, p. 88).

A escola tem um papel não apenas fundamental, mas essencial no desenvolvimento do pensamento crítico da criança. Na fase escolar, principalmente na Educação Infantil, o trabalho para torná-las sujeitos críticos é de suma importância, pois é na escola que elas terão contato com outras pessoas, diferentes personalidades e a diversidade de situações, que torna este um ambiente perfeito para que se conheçam e desenvolvam uma base confiável para analisar tudo que terão acesso, podendo, dessa forma, analisar as informações, fazer questionamentos que irão ter fundamentos bem alicerçados em uma aprendizagem sobre maneira produtiva, tornando-as participantes e, principalmente, protagonistas da sua história. Para Arce (2013, p.10), o ensino na Educação Infantil:

É o momento em que o professor leva a criança a formar conceitos, a confrontar conhecimentos. Transmite a esta criança todo o conhecimento acumulado pela humanidade e presente nos objetos que nos cercam. [...] Pois, objetiva com cada movimento seu gerar desenvolvimento, tornar a criança capaz de realizar sozinha aquilo que ainda não consegue, de compreender, de pensar, de imaginar, de criar a partir do mundo que construímos como seres humanos, para ir além.

É nesse sentido que os Temas Contemporâneos Transversais podem ser explorados, que trataremos a seguir.

3 TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS

O contexto histórico da educação brasileira é marcado por várias reformas e iniciativas que buscam melhorar a qualidade do ensino que são assegurados pela Constituição Federal (CF/88), com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) que estabeleceu os princípios fundamentais que orientam a educação no Brasil e própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018) que tem como objetivo uniformizar e qualificar o ensino em todo o país. A BNCC estabelece ainda diretrizes essenciais para a educação infantil no Brasil, definindo objetivos e princípios que devem orientar a prática pedagógica.

Como visto, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como objetivo promover a formação de base para a continuidade da aprendizagem. A Educação Infantil deve ser organizada de forma integrada, promovendo a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, essencial para o desenvolvimento integral das crianças, nas quais são formadas as bases para a construção de uma sociedade mais justa e crítica.

A Educação Infantil no Brasil, de acordo com a BNCC (2018), abrange o atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade, dividindo-se em duas etapas principais: a creche, para crianças de 0 a 3 anos, e a pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos. Esse período é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, englobando aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos. Na primeira etapa da Educação Básica, de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil, interações e brincadeira, devem ser assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, proporcionando às crianças as condições necessárias para aprender e se desenvolver. O currículo, por sua vez, deve ser flexível e adaptável às realidades locais e às características individuais das crianças.

Os Temas Contemporâneos Transversais na Educação Infantil refletem as questões sociais, culturais e ambientais que estão em pauta na sociedade atual. Esses temas são relevantes para formar cidadãos críticos e responsáveis, além de possuírem a capacidade de apontar a ligação entre os diferentes componentes

curriculares de forma integrada, bem como de estabelecer conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos de conhecimento descritos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. [...]. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). [...] Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (Brasil, 2013, p.29).

No documento vinculado à BNCC (2019), que trata do contexto histórico e dos pressupostos pedagógicos, são apresentadas orientações sobre a abordagem de temas contemporâneos nas escolas, destacando-se: Formação Integral e Holística (desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e emocionais); Diversidade e Inclusão (culturais, étnicas e sociais); Interdisciplinaridade (integração das diferentes áreas do conhecimento); Educação Contextualizada (relação entre o conteúdo escolar e a realidade dos alunos); Competências (habilidades práticas e reflexivas); e Participação e Diálogo (participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem). Esses princípios são fundamentais para garantir uma educação mais crítica e alinhada às necessidades da sociedade.

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos (grifo nosso) que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (Brasil, 2017, p. 19).

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) são assim denominados por não pertencerem a uma disciplina específica, mas por traspassarem e serem pertinentes a todas elas. A abordagem dos Temas como eixos integradores contribui para valorizar sua importância e dar significado e relevância aos conteúdos escolares. Nesse contexto, “os TCTs permitem a efetiva educação para a vida em

sociedade e a abordagem transversal que permite uma formação mais holística, preparando os alunos para os desafios da sociedade atual.” (Brasil, 2019, p.19).

Diante do exposto, essa integração permite que os alunos estabeleçam conexões entre diferentes saberes, desenvolvendo habilidades críticas e reflexivas. Além disso, os Temas Contemporâneos Transversais facilitam a discussão de questões atuais e desafiadoras, preparando os estudantes para atuarem de forma consciente e responsável na sociedade. Essa metodologia não apenas enriquece o aprendizado, mas também estimula a participação ativa dos alunos, incentivando-os a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. Ao incorporar os Temas Contemporâneos Transversais, a educação se torna mais dinâmica e contextualizada, respondendo às necessidades e realidades do mundo atual. É a partir desses Temas e de sua importância que, a seguir, abordaremos a Educação para o Trânsito como um de seus componentes.

4 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Ensinar crianças sobre o trânsito desde cedo contribui para a consciência sobre o funcionamento do mesmo, em que as crianças aprendem a reconhecer sinais de trânsito, faixas de pedestres e a importância de respeitar as regras; desenvolvimento de hábitos diários, adoção de comportamentos seguros como uso de capacete, cinto de segurança e os dispositivos de retenção (bebê conforto, cadeirinha e assento); desenvolvimento da empatia, e outros. É uma maneira de as crianças entenderem o papel de cada cidadão ativo no trânsito tendo uma visão mais ampla e empática. De acordo com Paulo Freire (1996) em seu livro “Pedagogia da Autonomia”, a educação deve formar sujeitos críticos e solidários, capazes de perceber o outro em suas ações. Destaca a necessidade de uma educação que ultrapassa a mera transmissão de conteúdo.

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições, um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a ele ensinar e não a de transferir conhecimento. (Freire, 1996, p.25).

A prática pedagógica deve promover o desenvolvimento da criticidade e da reflexividade nos sujeitos, possibilitando que se tornem conscientes de si mesmos e de seu papel transformador no mundo. A consciência crítica é fundamental para perceber a sociedade e intervir nela transformando-a. Para Freire, a conscientização constitui a essência da educação problematizadora e crítica. O autor entende a alfabetização como ponto de partida da educação, sendo ela o instrumento que dá ao homem condições de atuar na sociedade. O homem alfabetizado é capaz de se reconhecer como protagonista da sua própria vida, como sujeito histórico que é (Ribeiro, 2018). Essas citações expressam a ideia central de Freire sobre a conscientização como um processo dinâmico e transformador, essencial para a emancipação e a ação política dos indivíduos.

A proposta de implementar o trabalho de Educação para o Trânsito na educação infantil é estabelecida pela Portaria 147/2009 do Denatran, e visa atender a uma série de objetivos fundamentais que vão além da mera preparação para a condução de veículos. Para alcançar esses objetivos, é fundamental utilizar diferentes linguagens — como a artística, corporal, oral e escrita — e incorporar brincadeiras nas atividades relacionadas ao trânsito e tem como principais objetivos:

- I - considerar as capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança, garantindo um ambiente saudável e prazeroso à prática de experiências educativas relacionadas ao trânsito;
- II - favorecer o desenvolvimento de posturas e atitudes que visem a segurança individual e coletiva para a construção de um espaço público democrático e equitativo;
- III - respeitar as diversidades culturais, os diferentes espaços geográficos e as relações interpessoais que neles ocorrem;
- IV - superar a concepção reducionista de que educação para o trânsito é apenas a preparação do futuro condutor;
- V - criar condições que favoreçam a observação e a exploração do ambiente, a fim de que as crianças percebam-se como agentes transformadores e valorizem atitudes que contribuam para sua preservação;
- VI - utilizar diferentes linguagens (artística, corporal, oral e escrita) e brincadeiras para desenvolver atividades relacionadas ao trânsito;
- VII - proporcionar situações, de forma integrada, que contribuam para o desenvolvimento das capacidades de relação interpessoal, de ser e de estar com os outros e de respeito e segurança no espaço público;
- VIII - envolver a família e a comunidade nas ações educativas de trânsito desenvolvidas. (Brasil, 2009).

Essa perspectiva inclui a Educação para o Trânsito, que não apenas ensina regras, mas também promove a reflexão sobre responsabilidade e convivência social. Com isso, a Educação para o Trânsito configura-se como uma questão de

extrema importância e necessidade para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, o que nos permite refletir sobre novas abordagens educacionais e sobre como inserir esses aprendizados desde a infância, tanto na rede pública quanto na particular de ensino da Educação Infantil.

Partindo dessa reflexão, a proposta de incluir práticas de experiências no currículo da Educação Infantil é fundamental para promover uma cultura de segurança e obedecer às normas de trânsito. Essa abordagem deve contemplar diferentes estratégias pedagógicas que estimulem, sob o olhar atento dos educadores, o ensino da Educação para o Trânsito de forma lúdica, divertida e interativa. Atividades práticas que simulem as vias de trânsito, com foco na travessia segura e no reconhecimento das luzes dos semáforos — tanto do ponto de vista do pedestre quanto do motorista — permitem que as crianças vivenciem situações do cotidiano de maneira mais segura e consciente. Além disso, rodas de conversa e contações de histórias com personagens e ilustrações infantis, baseadas em situações reais de trânsito, enriquecem o processo de aprendizagem e favorecem a formação de atitudes responsáveis desde a infância.

5 PRÁTICAS DE EXPERIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE MACEIÓ

A crescente violência no trânsito e dos acidentes diários expostos à sociedade através dos meios de comunicação no Brasil evidencia a necessidade de uma educação que aborda não apenas as regras de trânsito, mas também a formação de atitudes responsáveis que assegurem a vida do outro, incluindo as crianças. O Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST) de Alagoas (2023) evidencia que entre as causas de sinistros mais apontadas nos boletins de ocorrência pelos agentes de trânsito, destacam-se desobediência às normas de trânsito (35,3%) e a falta de atenção do condutor (34,5%), sendo 72% das vítimas entre 18 e 44 anos e 0,44% para faixa etária de 01 a 17 anos. O documento ainda sugere investir em educação para conscientizar a população, com campanhas educativas dispor de melhor infraestrutura, incluindo os mais vulneráveis.

O Programa Detran na Escola foi lançado em parceria com o programa Conexão DNIT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, beneficiando 160 mil estudantes em 340 escolas públicas e particulares de 70 municípios alagoanos. Dentro da rede de ensino da cidade de Maceió, diversas escolas têm implementado Projetos de Intervenção em Educação para o Trânsito, com resultados significativos, que incluem práticas como: esquete teatral, palestras e atividades interativas. As crianças participam de simulações de situações de trânsito, aprendendo regras de sinalização e conduta diariamente, seja ao atravessar a faixa de pedestres corretamente ou lembrando aos pais de usar o capacete e o cinto de segurança. Segundo o DETRAN/AL (2024), “Educar crianças para o trânsito vai além de ensinar sinalização e regras. O trabalho do Detran na escola visa formar futuros condutores e cidadãos que cuidam e protegem a vida, desde os anos iniciais.”

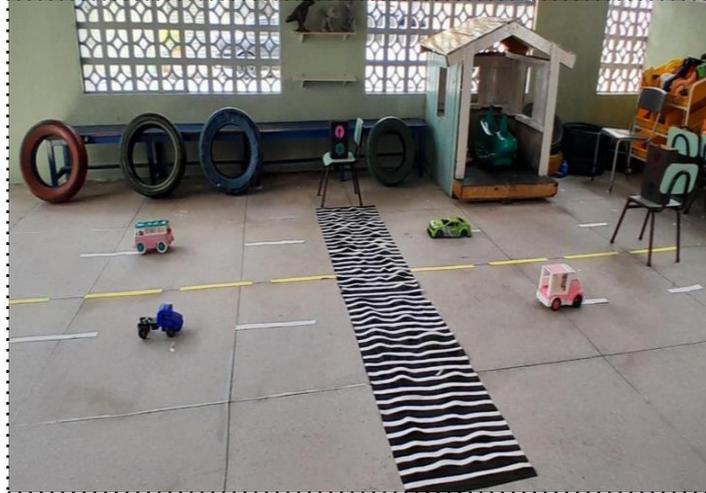
A partir de um projeto de Atividade Curricular de Extensão (ACE) versando sobre Educação para o Trânsito, desenvolvido pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (CEDU) sob orientação do Professor Dr. Eraldo de Souza Ferraz em 2023, o presente Projeto de Práticas de Experiência foi realizado durante a Semana Nacional do Trânsito, no período de 18 a 20 de setembro de 2024. Teve como objetivo desenvolver atividades voltadas para crianças e apresentar a campanha de 2024, intitulada “Paz no trânsito começa por você”, em uma instituição de educação infantil localizada na cidade de Maceió, estado de Alagoas.

O projeto contou com a participação de 05 turmas, sendo: 02 turmas de maternal, com crianças de 03 anos; 02 turmas de 1º período, com crianças de 04 anos; e 01 turma de 2º período, com crianças de 05 anos, incluindo seus respectivos professores e auxiliares de sala. A ideia inicial do projeto foi contemplar um dos temas transversais alinhados aos eixos temáticos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Educação para o Trânsito, baseada numa formação cidadã e na promoção de comportamentos responsáveis desde a infância, com o objetivo de construir uma sociedade mais segura para o futuro.

Foram realizadas duas atividades práticas: 1) simulação no pátio do CMEI de uma via de mão dupla com faixa de pedestre, para aproximar as crianças do que elas reconhecem de suas vivências reais; e 2) roda de conversa, contemplando a

obediência às regras, a identificação dos diferentes tipos de semáforos, placas de trânsito, travessia de pedestre e os dispositivos de retenção apropriados à faixa etária delas.

Figura 01 - Simulação Via de trânsito no pátio externo do CMEI



Fonte: as autoras (2024).

Figuras 02 e 03 - Roda de conversa: Diferentes tipos de semáforos para motorista e pedestre.



Fonte: as autoras (2024).

Figuras 04 e 05- Exposição dos dispositivos de retenção



Fonte: as autoras (2024)

Figura 06- Simulação para a travessia do pedestre utilizando a faixa.



Fonte: Autoras (2024).

Compreendemos que a educação deve ser um processo de diálogo e conscientização. Por isso, em todas as etapas do projeto, mantivemos uma escuta atenta, validando as experiências e os conhecimentos prévios das crianças sobre o tema, além de incentivar sua participação na prática escolar, com a conscientização dos pais sobre a importância da Educação para o Trânsito.

Para formar cidadãos críticos participativos, capazes de atuar na sociedade, com capacidade de contribuir para a formação da mesma, se faz necessário que a escola complemente, dê continuidade a educação alicerçada pela família do aluno, mas para que esse trabalho seja realizado pela escola é

preciso que a família passe a se integrar, faça parte, seja parceira da escola, para que juntas tracem metas que possam ser desenvolvidas pela escola, e que através dessas metas desenvolvidas, venham as duas instituições, escola e família alcançar objetivos almejados, resultados satisfatórios, no ensino-aprendizagem. (Ferreira, Coutinho & Sobral, 2020, p.496).

Essas experiências práticas demonstram que, ao abordar a educação para o trânsito de forma integrada e contextualizada, é possível promover mudanças significativas no comportamento das crianças e na cultura de toda a família, ao criarmos um espaço de diálogo e reflexão que amplie a conscientização sobre segurança viária e responsabilidades, estabelecendo uma continuidade entre o aprendizado na escola e a prática no dia a dia (Pereira; Deon, 2022).

Assim, o projeto não se limita a uma intervenção pontual, mas se torna parte de uma transformação cultural mais ampla, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a segurança de todos. No tópico a seguir, descreveremos a construção e a análise dessa Prática de Experiência.

Figura 07 e 08 - Roda de conversa: Identificação das placas de trânsito do entorno escolar.



Fonte: Autoras (2024).

6 ROTEIRO, DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DO PROJETO DE PRÁTICAS DE EXPERIÊNCIA

O desenvolvimento do projeto necessitou de um roteiro pré-estabelecido, claro e estruturado, que guiou as etapas do processo dentro do Centro Municipal de Educação Infantil. Esse roteiro foi construído voltado para uma aprendizagem

significativa e contextualizada, permitindo, dessa forma, que as crianças envolvidas no projeto desenvolvessem atitudes mais conscientes e compartilhassem experiências com suas famílias. As práticas foram planejadas de acordo com a faixa etária, de forma dinâmica e acessível, para que pudessem ser executadas de perto, permitindo ajustes conforme necessário. A roda de conversa foi pensada para proporcionar um ambiente acolhedor e de escuta, onde as crianças pudessem se sentir à vontade para participar, compartilhar suas experiências vividas e socializar com seus pares.

Nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2024, as turmas do Maternal “A” e “B”, 1º período “A” e “B” e 2º período “A” participaram de atividades educativas vinculadas à Semana Nacional do Trânsito. Cada encontro teve duração média de 60 minutos. As ações iniciaram com conversas sobre a importância de atravessar as vias públicas pela faixa de pedestre de uma forma segura e atenta. Em seguida, discutiu-se o uso do capacete em transportes terrestres, como motos e bicicletas, além da importância dos dispositivos de retenção nas rotinas familiares. Foi abordado também o respeito à sinalização e ao significado das cores do semáforo, seguido por uma atividade de pintura, que permitiu às crianças expressarem visualmente o que aprenderam. A leitura de placas de trânsito encontradas nos trajetos entre casa e escola também foi incorporada, relacionando o conteúdo ao cotidiano das crianças. Para concluir, promoveu-se uma roda de conversa sobre o que é a Semana Nacional do Trânsito, quando ela acontece e, por fim, um momento de reflexão onde as crianças foram incentivadas a pensar sobre o que poderiam ensinar à família com base nos conhecimentos adquiridos ao longo das atividades.

Essas atividades, além de promoverem o aprendizado sobre segurança no trânsito, fortaleceram o vínculo entre a escola, a comunidade e a família, valorizando o protagonismo infantil na construção de atitudes mais responsáveis no cotidiano.

Na primeira etapa, foi realizado um diagnóstico das experiências e conhecimentos prévios das crianças sobre o trânsito. Nesta etapa, a partir das falas delas, é possível constatar que elas conseguem assimilar e ter consciência sobre o que está sendo trabalhado: “Minha mãe não atravessa na faixa “tia”, a gente atravessa correndo na pista”; “Eu venho de moto com meu pai”; “Meu pai não coloca

capacete em mim”; “O carro bateu em um moço quando eu vinha para escola, ele não atravessou na faixa”¹.

As rodas de conversa com as crianças foram realizadas conforme o roteiro do planejamento, o que nos permitiu perceber que cada uma, a partir de sua particularidade, trazia diferentes experiências sobre o trânsito para compartilhar. Durante esses momentos, as crianças puderam relatar situações que vivenciaram, como: “Teve uma batida e a moto ficou em cima do carro”; “Não pode empinar a moto na rua, a polícia prende”; “Meu tio caiu da moto e ficou todo machucado, mas ele estava com capacete”; “Meu pai “tia” foi parado por um policial quando ia me trazer para escola. Eu estava sem capacete, e o policial disse que criança pequena não pode andar de moto. Ele deixou meu pai voltar para casa e minha mãe me trouxe andando.”² Essas falas revelaram, de maneira simples e verdadeira, como as crianças já têm contato com situações do cotidiano relacionadas à segurança no trânsito e como elas entendem e interpretam essas experiências.

À medida que tais experiências foram compartilhadas observamos que as crianças compreendiam e reproduziam o que estavam aprendendo sobre educação para o trânsito o que evidencia o potencial dos TCTs na educação infantil. Nesta perspectiva, o projeto se articula com outros experimentos no campo da Pedagogia e suas afirmativas acerca do que aqui foi desencadeado. Nesse sentido, afirma Silva (2021, p.54):

As atividades, no processo de desenvolvimento do conteúdo, revelam a eficácia da SD (Sequência Didática), como também apontam sujeitos críticos, capazes de multiplicar e de propor ações fundamentais para o convívio coletivo. A aplicação da SD nas escolas trouxe uma oportunidade de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem com os temas transversais. A escola, o aluno e a sociedade em geral (e os órgãos governamentais, em específico) devem enxergar temas transversais como importante na formação dos sujeitos.

De modo semelhante, dando ênfase à transversalidade, afirma Lima (2011, p.120):

A prática da transversalização faz-se necessária, pois é no transitar dos temas pelos conteúdos propostos pela escola que a criança compartilha de suas experiências vivenciadas e ao mesmo tempo adquire conhecimentos sobre o tema em questão, e é no momento das atividades práticas que a criança se entrega, numa constante descoberta, o conhecimento acaba fluindo com maior naturalidade, preparando-os para a vida e possibilitando a facilidade na hora de assimilar o que se é proposto.

¹ Fragmentos dos relatos das crianças retirados dos registros pessoais das autoras.

² Fragmentos dos relatos das crianças retirados dos registros pessoais das autoras.

Figuras 09 e 10 - Diagnóstico das experiências e conhecimentos prévios dos alunos sobre o trânsito.



Fonte: as autoras (2024).

Na segunda etapa, após a roda de conversa, abordamos temas relacionados ao trânsito: obediência às regras de trânsito, leitura das placas de trânsito, importância da segurança viária e os dispositivos de retenção veicular, de acordo com a faixa etária delas.

Figura 11 e 12 - Exposição dos dispositivos de retenção veicular



Fonte: as autoras (2024).

Na terceira etapa, o enfoque da proposta foi a atenção visual das luzes (cores) emitidas nos semáforos de trânsito, com situações utilizando a faixa de pedestre e o semáforo para pedestres (duas cores). Em outro momento, as crianças tornaram-se motoristas das vias, devendo ficar atentas ao semáforo para motoristas

(três cores), para poderem andar com seus “carros” na via com atenção, obediência, empatia, respeito e segurança.

Na última etapa, foi proporcionada uma experiência às crianças com giz de cera nas cores vermelha, verde e amarela, juntamente com desenhos dos dois tipos de semáforo, para que elas colorissem de acordo com o aprendizado (Figura 13). As crianças realizaram a atividade de forma independente, sabendo diferenciar as cores nos diferentes semáforos, sem a necessidade de intervenção das autoras ou professoras durante o processo.

Figura 13 - Semáforos para atividade



Figuras 14 e 15 - Simulação do trânsito com atenção para as luzes indicativas dos semáforos.



Fonte: as autoras (2024).

Figuras 16, 17, 18 e 19 - Atividade impressa de colorir os semáforos



Fonte: as autoras (2024).

As observações foram realizadas de forma contínua durante as etapas do projeto e permitiram acompanhar o envolvimento, as aprendizagens e as interações das crianças em diferentes contextos. Elas incluíram a participação das crianças em todas as experiências, na execução das práticas propostas e, por fim, o encerramento, que contou com o feedback das crianças sobre o que aprenderam e os ensinamentos que levariam para suas famílias, como: “lembrar o papai de usar o capacete”, “de atravessar pela faixa de pessoas”, “parar na cor vermelha”, “usar o cinto de segurança no carro e uber”³. Desta forma, é possível notar o desenvolvimento do senso de responsabilidade e cidadania, pois as crianças demonstraram empatia e compromisso com a segurança de todos.

³ Fragmento dos relatos das crianças retirado dos registros pessoais das autoras

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dessas Práticas de Experiência, buscou-se não apenas avaliar seu impacto no desenvolvimento das crianças, mas também propor estratégias para fortalecer a integração desses temas no currículo escolar desde a infância. O projeto, com o tema 'Educação para o Trânsito', foi uma experiência que, além de rica, revelou-se transformadora. Percebeu-se, por meio dele, a importância de incentivar e trabalhar a Educação para o Trânsito na Educação Infantil. Ensinar as crianças a serem pedestres e cidadãos de maneira lúdica e acessível contribuiu não só para formar sujeitos mais conscientes para o futuro, mas para comunidades mais seguras.

A escuta ativa das crianças e a valorização de suas experiências foram essenciais para o desenvolvimento do projeto. Com isso, não só aumentou o engajamento das crianças e professoras nas propostas, como também se proporcionou uma leitura mais aprofundada dos desafios enfrentados por elas cotidianamente. As mudanças observadas nos relatos das crianças sobre a importância do tema revelam que iniciativas como tal podem, sim, gerar impactos positivos.

É vital que a Educação para o Trânsito continue sendo tratada como uma das prioridades nas instituições de ensino, públicas e privadas, o que pode ser alcançado com a realização de projetos semelhantes. Tais projetos contribuem para a formação de novos cidadãos, capazes de atuar de maneira crítica e responsável em qualquer tempo da vida.

A experiência e a aprendizagem para o comportamento adequado no trânsito, presente no projeto, podem ser tomada como exemplo do efeito transformador. Assinala-se, assim, a necessidade de uma formação integrada e contextualizada que prepare as atuais e futuras gerações para os desafios do mundo moderno.

Além disso, a presente discussão destaca a relevância de palestras e práticas de experiências escolares como ferramentas eficazes para disseminar conhecimento e promover discussões sobre a importância na formação integral das crianças, incentivando práticas pedagógicas mais inclusivas e alinhadas com as diretrizes educacionais contemporâneas.

É muito importante que a família e a comunidade possam ser vistas como parceiras nessa rede de apoio à continuidade no processo de aprendizado, que deve ir além dos muros das escolas e fazer parte do dia a dia das crianças. É fundamental seguir investindo em políticas públicas que promovam a formação e a implementação de novas práticas pedagógicas, abordando temas essenciais que preparam as crianças não apenas para um futuro mais seguro no trânsito, mas também para uma convivência mais humanizada e consciente na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete; LEVCOVITZ, Diana; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Infâncias em educação infantil, **Revista Pró-Posições**, Campinas (SP): UNICAMP, v. 20, n. 3 (60), set./dez. 2009.
- ARCE, A. É possível falar em pedagogia histórico-crítica para pensarmos a educação infantil? **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 5-12, dez. 2013.
- ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família**, Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARBOSA, Adriza Santos Silva; DOS SANTOS, João Diógenes Ferreira. Infância ou infâncias? **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 245-263, set./dez. 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. <Acesso em: 15 out. 2024.>
- BRASIL. Ministério das Cidades. Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). **Portaria nº 147, de 18 de março de 2009**. Institui a Educação para o Trânsito nas Instituições de Ensino. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-147-2009_214507.html. <Acesso em: 15 out. 2024.>
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno economia: educação financeira, educação fiscal, trabalho**. Brasília, DF: MEC, 2022. (Série temas contemporâneos transversais).

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Brasília, DF.: MEC, 2019.

BUSS-SIMÃO, M.; ROCHA, E. A. C. Nota crítica sobre a composição de pedagogias para a educação infantil, **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 100, p. 83-93, set./dez. 2017.

DETRAN/AL. **Estudos de sinistros na região metropolitana de Maceió em 2023**. Disponível em: <http://indicadores.detran.al.gov.br/2024/06/28/estudos-de-sinistros-na-regiao-metropolitana-de-maceio-em-2023/>. <Acesso em: 15 out. 2024>.

FERREIRA, S. M. B.; COUTINHO, M. C. B; SOBRAL, M do S. C. A Importância da Participação da Família na Educação Escolar, **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, vol.12, n.42, Supl. 1, p. 491-502, 2018. ISSN: 1981-1179.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MEDEIROS, E. D. **Anuário RENAEST 2023**. Disponível em: <http://indicadores.detran.al.gov.br/2024/05/02/renaest-2023>. Acesso em: 22 dez. 2024.

PEREIRA, Graciele Perciliana de Carvalho; DEON, Vanessa Aparecida. As concepções de infância e o papel da família e da escola no processo de ensino-aprendizagem, **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 5, 8 de fevereiro de 2022.

RIBEIRO, A. da S. Conscientização e emancipação em Paulo Freire, **Sinergia**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 16-20, jan./jun. 2018.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância, **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.

SILVA, C. M. da. **Educação no trânsito: didatização de saberes no ensino básico**, 2021. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2021.

LIMA, J. C. **Transversalização na educação: tema trânsito**, Eventos Pedagógicos, 2011.